

# POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: BNCC E BNC-FORMAÇÃO<sup>1</sup>

Marlúcia Lima de Sousa Meneses<sup>2</sup>

## Resumo

A política de formação de professores no Estado brasileiro tem-se configurado de acordo com o interesse dos organismos internacionais, que visam apenas ao mercado. O artigo investiga os possíveis efeitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Nacional Comum para Formação de Professores (BNC-Formação), que propõem um currículo padronizado para o trabalho docente. O estudo se insere no campo da abordagem qualitativa, tendo seu desenvolvimento realizado através de pesquisas em documentos oficiais e artigos científicos. Conclui-se que a BNCC e a BNC-Formação precisam se alinhar para a formação de qualidade dos licenciados.

Palavras-chave: Formação de professores, currículos, ensino.

## Introdução

A política de formação de professores no Estado brasileiro tem sido realizada dentro da política educacional, sendo um importante processo que visa garantir aos licenciados a formação necessária para o exercício profissional. Destarte, a valorização e a construção da profissão docente estão diretamente relacionadas com a política de formação, de condições de trabalho, de carreira e de remuneração. São determinadas em Lei, mas sabe-se que há dificuldades em sua efetivação.

As autoras Ximenes e Melo (2022), ao tratar desta temática, consideram que as reformas educacionais no Brasil apontam caminhos e (des)caminhos. Nesse sentido, embora se configurem como política educacional, elas apresentam viés negativo, o que nos faz lembrar a trajetória histórica da BNCC e da BNC-Formação (inicial e continuada).

Após uma análise aprofundada dos currículos brasileiros, realizada por 116 especialistas, indicados por secretarias de educação e universidades, começou a ser elaborada a BNCC. Foi um período longo de mobilização nacional em torno da

---

<sup>1</sup> Artigo produzido para refletir sobre a relação entre BNCC e Bnc-Formação.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília. Professora da rede pública do Piauí (SEDUC-PI). E-mail: marlucia.meneses@a.ucb.br.

elaboração do documento normativo, que estabelece as diretrizes de ensino para a rede educacional brasileira. A tentativa era elaborar um currículo padronizado que, através das aprendizagens essenciais, todos os estudantes devem desenvolver. Outros aspectos relevantes são os socioemocionais e as competências e habilidades.

A BNC-Formação é um documento normativo que visa à aprendizagem do estudante. Diante do atual cenário da educação brasileira, os currículos das Instituições de Ensino Superior deveriam implantar a BNC-Formação, para o alinhamento do que vai ser trabalhado em sala de aula. Os educadores são preparados para compreender e lidar com as emoções dos alunos, promovendo um ambiente escolar acolhedor e seguro, onde o bem-estar emocional é valorizado tanto quanto o desempenho acadêmico.

Ximenes e Melo (2022) consideram que a práxis pedagógica é a base da formação inicial e permanente na busca de processos formativos que priorizem a unidade teoria-prática. As autoras ainda destacam a importância da pesquisa pedagógica, que traria a autonomia docente e emancipatória, agindo como eixo de formação. Entretanto Ximenes e Melo (2022) ressaltam que isso não tem sido efetivado.

Aguiar (2018) destaca os objetivos da BNCC que não deve fixar mínimos curriculares nacionais ou engessar a ação pedagógica; precisa ter objetivos de aprendizagem associados ao desenvolvimento integral do estudante garantindo o direito à educação e, ao mesmo tempo, a aprendizagem.

Nesse sentido, foram elaboradas reformas que marcaram a história da educação brasileira, além de documentos, como o Conselho Pleno (CP), o Parecer CNE/CP nº 14/2020 e a Resolução CNE/CP nº 02/2019, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (DCN-FPEB) e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015. Os referidos documentos legais forjam o necessário atendimento aos desígnios da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

A partir desse pressuposto, o objetivo deste estudo é refletir sobre as implicações para a formação de professores em conformidade com os documentos supracitados. Para a organização do texto, ele foi dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução e a quinta as considerações finais. A segunda apresenta a

metodologia utilizada na realização do estudo; a terceira fala sobre o neoliberalismo nos currículos brasileiros; e a quarta traz os resultados alcançados pela pesquisa e fala sobre os possíveis efeitos negativos da BNC-Formação para os futuros educadores.

## **Metodologia**

O presente estudo situa-se no campo das abordagens qualitativas de investigação científica, considerando que elas consistem na escolha correta do método e teorias oportunas, no reconhecimento de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de construção do conhecimento.

Os resultados foram produzidos a partir da análise de documentos oficiais e artigos científicos, encontrados em sites oficiais e acadêmicos.

## **O neoliberalismo nos currículos brasileiros**

O sistema econômico dominante no mundo contemporâneo é o capitalismo. Araújo, Brzezinski e Sá (2020) consideram que é imprescindível o fortalecimento da luta pelo direito a uma educação de qualidade a toda a população e de formação inicial e continuada articulada a políticas de valorização profissional a todos os docentes.

Para Libâneo (2018), o conhecimento disciplinar e o pedagógico são imprescindíveis à formação profissional de professores. Afirma, ainda, que o pedagógico sem o conteúdo seria dissociação e paralelismo.

Nessa guisa, ressalta-se fortemente a manifestação contrária frente ao ideário reprodutivista da BNCC e, sobretudo, da nova BNC-Formação Continuada (2020), visto que o papel da escola não é atender aos interesses neoliberais de produção de mão de obra, mas, sim, de produzir em cada indivíduo singular a humanidade coletiva, que só pelas demasiadas apropriações do conhecimento acumulado é possível.

De acordo com os Autores Ximenes e Melo (2022,6),

Se não for pela escola, os filhos da classe trabalhadora nunca dominarão aquilo que os burgueses já dominam e, conseqüentemente, nunca terão condições de confrontar a lógica da exploração do homem sobre o homem. E, se não for pela sua

atividade de trabalho (ensino), as professoras não poderão encontrar no objeto da ação de formação continuada os motivos para a satisfação das suas necessidades formativas.

Do exposto, reafirma-se a formação docente pautada por uma relação intrínseca entre a educação escolar e a formação da concepção de mundo dos indivíduos, que está fundada em uma dada dimensão ontológica da realidade. Nessa acepção, a práxis pedagógica é a base da formação inicial e permanente na busca de processos formativos que priorizem a unidade teoria-prática e que tenham a pesquisa pedagógica como eixo da formação para a autonomia docente, em uma perspectiva dialógica e emancipadora. Consideramos que essa realidade ainda está distante da nossa.

Quanto à temática das competências e sua incorporação às políticas de formação, identificamos basicamente 2 (dois) grandes problemas: o currículo baseado em competências associado à ideia de avaliação, desempenho e consequente regulação do trabalho docente e a ênfase na formação pragmática.

Sobre o assunto, Piana (2008, p.2) argumenta que

Legislações brasileiras reformuladas têm defendido uma educação de acesso a todo cidadão, de qualidade e uma iminente inserção no mercado profissional e no mundo do trabalho. Mas nem sempre se tornam realidade esses discursos, não passando de meras ilusões e uma pseudo educação. Pois milhares de crianças, adolescentes e jovens, mesmo matriculados em uma escola, permanecem excluídos de uma educação participativa, democrática, conscientizadora, dialógica, autônoma e efetiva.

## **Resultados e discussão**

Ao analisarmos os documentos e artigos, observamos que a formação inicial de professores no Estado brasileiro tem características neoliberais, que prejudicam o avanço da transformação social através da educação, quando se prioriza, nos documentos normativos, a ênfase na educação para o mundo do trabalho. Destacam-se, também, as manifestações contrárias de setores da sociedade. Outra característica para essa diretriz é que o docente não tem participação nas decisões curriculares; ele é mero executor de um pacote pensado por outrem (Pires; Cardoso, 2020).

Saad Filho (2018) conceitua o neoliberalismo como sistema de acumulação dominante. O autor apresenta quatro características: a financeirização da produção,

da ideologia e do Estado; a integração internacional da produção (globalização); um papel proeminente do capital externo na integração global da produção e na estabilização do balanço de pagamentos; e uma combinação de políticas macroeconômicas baseadas em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas da inflação, nas quais a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta da política econômica.

Para Piana (2008), o neoliberalismo passou a deter o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, contemplando a reestruturação produtiva, a privatização acelerada e o enxugamento do Estado. O Fundo Monetário Internacional (FMI) direciona as políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital.

Noronha (2008), em sua pesquisa, conclui que as diretrizes para formação de professores e para a escola, definido o que a escola deve ensinar aos alunos, são determinadas pelos órgãos internacionais.

Nesta perspectiva, surgiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que representa um marco importante no cenário educacional brasileiro, estabelecendo os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem adquirir ao longo da educação básica (Brasil, 2019).

No âmbito da formação inicial de professores, a BNCC serve como um guia valioso, fornecendo diretrizes claras sobre o que deve ser ensinado e como isso deve ser feito. Os futuros educadores são introduzidos não apenas aos conteúdos específicos de cada disciplina, mas também às competências gerais e habilidades transversais que são essenciais para promover uma educação integral e de qualidade.

Um dos principais objetivos da formação inicial de professores dentro do contexto da BNC-Formação é capacitar os educadores para uma abordagem pedagógica centrada no aluno. Isso envolve o desenvolvimento de práticas de ensino que valorizam a diversidade, promovem a inclusão e incentivam o protagonismo dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem. Os professores são incentivados a criar ambientes de aprendizagem estimulantes e colaborativos, onde cada aluno se sinta reconhecido, respeitado e apoiado em seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Além disso, a formação inicial de professores, no contexto da BNCC, também enfatiza a importância do uso de metodologias ativas e tecnologias educacionais. Os

futuros educadores são encorajados a explorar abordagens inovadoras de ensino que envolvam os alunos de maneira significativa, estimulando a curiosidade, a criatividade e o pensamento crítico.

Esta nova proposta sugere mudanças no que tange ao currículo das Instituições Superiores que precisam implementar as diretrizes da Base Nacional Comum de Formação Continuada de professores (BNC-Formação).

De acordo com Pires e Cardoso (2020, p. 89),

BNC-Formação está nitidamente traçada por razões econômicas e imbuída de um discurso técnico e científico que constitui expertises para legitimar e produzir verdades com a finalidade de conduzir ao êxito o projeto neoliberal de sociedade.

Os autores ainda ressaltam que o documento final mantém preservado o caráter prescritivo, salvacionista, pragmatista, fragmentário e regulador. O que se reafirma é que é preciso articulação entre os currículos. Neste sentido, algumas alterações no parecer do Conselho Nacional de Educação nº 4, de 2024, aprovado, o qual inclui a carga horária de 50% presencial nos cursos EAD (Brasil, 2024), foram bastante criticadas pois dispensavam atividades presenciais, como estágio e monitoria, em escolas de educação básica, privando futuros professores da experiência em sala de aula.

Ainda reforça a necessidade de o currículo atualizado alinhar-se com os documentos normativos, com o objetivo de formar professores que possam enfrentar as demandas e desafios da educação contemporânea. Os currículos são criticados por serem considerados dispersos e díspares.

É importante que se conheçam os marcos normativos já aprovados, como a BNCC, que organizam o currículo de cada etapa e modalidade. Para tal, o parecer reforça a importância de alinhamento dos currículos dos cursos de formação inicial de professores aos documentos normativos já aprovados, dentre eles a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Traz também diretrizes para a equidade e educação antirracista que tem se tornado tema de vários estudos diante de sua relevância para a qualidade da educação escolar no Brasil.

Para Alves e Duarte (2022), algumas dificuldades da BNC-Formação incluem o exercício da articulação de saberes. Ainda sugerem que a BNC- Formação ignora os princípios das legislações, dos fundamentos da profissão, das metas e estratégias dos planos de educação e dos movimentos sociais. Considera ainda a ideia de gestão articulada com docência, respeitosa do Plano Nacional de Educação, cuja

valorização do trabalhador e os mecanismos de participação são uma das metas estabelecidas.

István Mészáros, no livro *A Educação além do capital* (2005), enfatiza que a educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. O autor considera que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica do capital. Nesta perspectiva, a luta contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana.

Costa, Mattos e Caetano (2021) consideram que as implicações da BNC-Formação para as universidades estão centradas na formação para o capital, o mercado de trabalho que é o foco, reconhecendo como controle de sistema de formação para o mercado de trabalho. E, para isso, a reflexão crítica deve ser substituída pela lógica do “aprender a aprender”. Apontam que o desafio das universidades públicas e das/os educadoras/es é fazer formação buscando a valorização e a emancipação humanas.

A emancipação humana se realizará um dia, mas isto só será possível quando a desigualdade política entre os cidadãos diminuir substancialmente e quando a maioria dos cidadãos se der conta de que existe uma forma melhor – mais justa e mais humana – de se organizar politicamente (Bresser-Pereira, 2017, p. 163).

De qualquer modo, é válido observar que as críticas foram apresentadas com o intuito de melhorar e não aceitar o que está posto. A formação de cidadãos críticos e participativos é necessária.

### **Considerações finais**

A política de formação de professores no Estado brasileiro apresenta aspectos neoliberais que se caracterizam pela formação do profissional para o mercado de trabalho, atendendo aos organismos internacionais, que vêm ditando as políticas educacionais no mundo, inclusive no Brasil.

Nesse sentido, surgiram a BNCC e a BNC-Formação; a implementação da primeira só ocorreu depois de um longo processo; a segunda, bastante criticada, apresenta muitas fragilidades em relação à gestão, ao estágio e à predominância da EAD.

Destaca-se, ainda, que preparar o futuro professor, o professor pesquisador, emancipado é um fato ainda distante da realidade brasileira, mesmo descumprindo o



que vem determinado nas normativas da educação brasileira.

Ao alinhar os currículos de formação de professores com os princípios e diretrizes da BNCC, é possível garantir uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes, preparando-os para os desafios do século XXI.

No entanto o que vem se configurando é uma desconstrução da formação dos professores. A política de formação de professores, no Estado brasileiro, tem sido, dentro da política educacional, um importante processo que visa garantir aos licenciados a formação necessária para o exercício profissional. Destarte a valorização e a construção da profissão docente estão diretamente relacionadas com a política de formação, de condições de trabalho, de carreira e de remuneração. São determinadas em Lei, mas sabemos que há dificuldades em sua efetivação.

As reformas educacionais no Brasil apontam caminhos e (des)caminhos. Nesse sentido, embora se configurem como política educacional, alguns movimentos de pesquisadores, professores e outros pedem a revogação da BNC-Formação, por fatores elencados anteriormente.

## Referências

AGUIAR, M. A. S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. (Org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: Anpae, 2018. p. 8-22.

ALVES, K. K.; DUARTE, A. L. C. Efeitos da BNC-Formação no curso de Pedagogia: em defesa da gestão escolar e das infâncias. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, p. e022132, 2022. DOI: 10.22633/rpge.v26i00.17222. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17222>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ARAÚJO, D. S.; BRZEZINSKI, I.; SÁ, H. G. M. de. Políticas públicas para formação de professores: entre conquistas, retrocessos e resistências. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-26, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9912/6736>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: &lt;[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)&gt;. Acesso em: 22 set. 2023.



BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em:

&lt; [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf)&gt;. Acesso em: 09 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em:

&lt; [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA)&gt;. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: &lt;[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192)&gt;. Acesso em: 09 jan. 2023.

BRASIL. **Parecer nº 4, de 27 de maio de 2024.** Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2024/256291-pcp004-24/file>. Acesso: 20 abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Estado-Nação e Formas de Intermediação Política.** São Paulo: Lua Nova, 2017.

COSTA, E. M.; MATTOS, C. C. de; CAETANO, V. N. da S. Implicações da BNC-Formação para a universidade pública e formação docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 896–909, 2021. DOI: 10.21723/riaee. v16iEsp.1.14924. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14924>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. A pesquisa: repercussões de políticas educacionais na escola e na sala de aula. In: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira (Orgs.). Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar - 1ª ed. -Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018, p. 23-44.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

NORONHA, Olinda Maria. Globalização, mundialização e educação. In: LUCENA, Carlos (org.). **Capitalismo, estado e educação.** Campinas: Alínea, 2008, p. 13-42.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. Franca: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadp, 2008. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .

PIRES, M. A.; CARDOSO, L. R. BNC para formação docente: um avanço às políticas neoliberais de currículo. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 25, n. 55, p.73-93, set./dez. 2020. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1463/1116>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

XIMENES, P. DE A. S.; MELO, G. F. BNC - Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n.265, p. 739–763, set. 2022.